

CNI quer revisar acordo

Rio - A Unidade de Política Econômica (PEC) da CNI defendeu a renegociação do acordo do Brasil com o FMI no boletim "Informe Conjuntural", divulgado ontem. Na análise da PEC, a renegociação consolidaria o apoio externo para que o País atravesses a fase de turbulência iniciada com a liberação do câmbio. "O fato de dispor de reservas dá ao BC maior liberdade para normalizar pagamentos internacionais", lembram os economistas da entidade no documento.

Os economistas da CNI também afirmam que a liberação do câmbio aponta para uma "insustentabilidade da trajetória do endividamento público" por causa de seu valor alto e sua forma de remuneração, com juros flutuantes e correção pela cotação do dólar. A mudança cambial torna mais necessária ainda as reformas fiscais, para neutralizar o

impacto da desvalorização nos gastos do governo e dar um sinal aos investidores do compromisso do Brasil com a estabilidade econômica.

A desvalorização do real acentua a retração da atividade econômica a curto prazo, de acordo com o boletim. O fenômeno vai ser uma consequência não só da necessidade de compensar o impacto inflacionário da desvalorização do real, mas da "turbulência" provocada pela mudança do regime de câmbio. De acordo com a PEC, a mudança provoca "uma virtual paralisação dos negócios".

O impacto da desvalorização sobre os preços ainda está incerto, de acordo com os economistas da CNI. A atual estrutura econômica, de acordo com a PEC, leva à previsão de grande repasse direto da desvalorização para os preços de produtos agrícolas e em várias cadeias de produção da indústria.